

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS**

MÁRIO AUGUSTO BRUDNA SOGARI

**A POLÍTICA EXTERNA DO JAPÃO NO SÉCULO XXI:
RUMO A UMA NOVA DOCTRINA DIPLOMÁTICA?**

Porto Alegre

2012

MÁRIO AUGUSTO BRUDNA SOGARI

**A POLÍTICA EXTERNA DO JAPÃO NO SÉCULO XXI:
RUMO A UMA NOVA DOCTRINA DIPLOMÁTICA?**

Dissertação submetido ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Anna Carletti

Porto Alegre

2012

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis Wiebbelling do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

S682p Sogari, Mário Augusto Brudna
A política externa do Japão no século XXI : rumo a uma nova doutrina diplomática? /
Mário Augusto Brudna Sogari. – Porto Alegre, 2012.
44 f. : il.

Orientadora: Anna Carletti.

Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-
Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, 2012.

1. Política externa : Japão. 2. Diplomacia. 3. Segurança internacional. I. Carletti,
Anna. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências
Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais. III.
Título.

CDU 327(520)

MÁRIO AUGUSTO BRUDNA SOGARI

**A POLÍTICA EXTERNA DO JAPÃO NO SÉCULO XXI:
RUMO A UMA NOVA DOCTRINA DIPLOMÁTICA?**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, 21 de dezembro de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Anna Carletti
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Dr. Paulo Visentini
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Dra. Ana Regina Falkenbach Simão
Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, professora Anna Carletti, pelo apoio, incentivo, entusiasmo e ajuda ao longo da confecção deste trabalho.

Ao Grupo Ásia da UFRGS, em especial, professor José Miguel Martins, Bruno Magno, Athos Munhoz e Rômulo Pitt por providenciar material bibliográfico e pelas contribuições positivas ao trabalho.

Aos meus colegas do PPGEI/UFRGS pelo apoio e companheirismo.

À minha família e aos meus amigos por me proporcionarem um ótimo ano.

RESUMO

Nesta dissertação de mestrado, buscou-se estabelecer se a diplomacia japonesa estaria em um processo de mudança no século XXI, abrindo mão dos princípios das doutrinas Yoshida e Fukuda, que regeram a política externa desde o Pós-Segunda Guerra Mundial, e indo em direção à elaboração de uma nova doutrina. Para tanto, utilizando o marco teórico de Putnam (1988), foram analisadas não somente as agendas de política externa dos governos japoneses dos anos 2000, como também os condicionamentos internos e externos presentes em cada um deles, permitindo-se verificar o quanto os partidos políticos e seus gabinetes conseguiram aplicar os seus projetos na área diplomática. No âmbito interno, a mudança no processo de elaboração de política externa, através da quebra do sistema do triângulo de ferro, sendo substituído pela centralização de poder decisório nos partidos políticos e na Dieta, o parlamento japonês indica que o Japão está sob uma alteração de sua Doutrina diplomática. Já quanto aos fatores externos, a Crise Asiática, a crise financeira de 2008 e o militarismo de China e Coreia do Norte tiveram papel fundamental para que o Japão realizasse mudanças nos seus esforços para adotar um papel mais proativo na Ásia, quebrando o histórico de minimalismo diplomático presente na Doutrina Yoshida. Ainda assim o país não conseguiu reestruturar os termos da aliança político-securitária com os Estados Unidos e não foi bem sucedido em angariar apoio público para a realização de mudanças no papel político-militar do país. A dificuldade da diplomacia japonesa em encontrar alternativas ao sistema de segurança norte-americano e de enfrentar situações de instabilidade política interna e regional fez com que a proximidade com os Estados Unidos fosse mantida como pedra angular de política externa.

Palavras-chave: Japão. Política Externa. Doutrinas diplomáticas. Século XXI. Governo Koizumi. PLD. PDJ.

ABSTRACT

This master degree's thesis seeks to establish whether the Japanese diplomacy would be in a process of change in the 21st century, by giving up on the principles of the Yoshida and Fukuda doctrines, which have determined Japan's foreign policy since the end of World War II, and heading towards the creation of a new doctrine. In order to answer this question, by using the theoretical contribution of Putnam (1988), not only were the foreign policy agendas of the Japanese governments thorough the 2000's decade analyzed, but also the domestic and external conditionings present in each of them, which helped verifying in which extent political parties and their cabinets were successful in applying their own diplomatic projects. In the domestic level, the change in the process of making foreign policy, through the end of the Iron Triangle system and its substitution by the centralization of decision power in the political parties and the Japanese Diet, indicates that Japan is under an alteration of its diplomatic doctrine. In the external level, the 1997 Asian financial crisis, the 2008 financial crisis and the militarism displayed by North Korea and China had an essential role in so that Japan would make changes in its efforts to adopt a more proactive political position in Asia, breaking the concept of diplomatic minimalism of the Yoshida Doctrine. Nevertheless, the country was unable to restructure the terms of the political and security alliance with the United States, and was also unsuccessful in harnessing public support to change the country's political and military role. The difficulty of finding alternatives to the North American security system and facing regional and domestic stability resulted in the decision of keeping the proximity with the United States as a cornerstone of Japan's foreign policy.

Keywords: Japan. Foreign Policy. Diplomatic Doctrines. 21st Century. Koizumi Government. LDP. DPJ.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASEAN – Associação de Nações do Sudeste Asiático

CSN – Conselho de Segurança Nacional.

EAC – Comunidade do Leste Asiático

EPA – Acordos de Parceria Econômica.

FTA – Acordos de Livre Comércio

G-4 – Aliança composta por Brasil, Japão, Alemanha e Índia que visa apoiar mutuamente propostas para a entrada destes países no Conselho de Segurança da ONU.

JSDF – Forças de Autodefesa do Japão

Keidanren – Federação Japonesa de Organizações Econômicas.

MAFF – Ministério da Agricultura, Floresta e Pesca do Japão.

MITI – Ministério da Tecnologia e Indústria Internacional do Japão.

MOFA – Ministério das Relações Exteriores do Japão.

NAFTA – Tratado Norte-Americano de Livre Comércio.

ODA – Assistência Oficial para o Desenvolvimento.

OMC – Organização Mundial do Comércio.

ONU – Organização das Nações Unidas

PDJ – Partido Democrata do Japão.

PLD – Partido Liberal Democrático japonês.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 GOVERNO KOIZUMI (2001-2006).....	11
3 GOVERNOS DO PLD APÓS A ERA KOIZUMI: ABE FUKUDA E ASO (2006-2009)..	19
4 GOVERNOS DO PDJ: HATOYAMA E KAN (2009-2011).....	27
5 CONCLUSÃO.....	35
REFERÊNCIAS	41

1 INTRODUÇÃO

No início do século XXI, a política externa japonesa esteve em um *turning point*. Não apenas o modelo econômico japonês encontrava-se em cheque após a deflagração da Crise Asiática em 1997, como grandes mudanças na política externa do principal aliado japonês, os Estados Unidos, após o 11 de setembro de 2001 começaram a exigir do país uma postura mais pró-ativa no Sistema Internacional, engajando-se no combate ao terrorismo (HOOK et al., 2005). A diplomacia japonesa defendia, desde o final da Segunda Guerra Mundial, os quatro princípios da Doutrina Yoshida: o minimalismo político, abdicando da participação japonesa na elaboração de políticas de segurança, o economicismo, que pregava o crescimento econômico como principal objetivo de política externa, o uso do bilateralismo nas relações internacionais, colocando como prioridade a aliança político-securitária com os Estados Unidos e, por último, a participação do país nos organismos multilaterais, em especial a Organização das Nações Unidas (ONU), de modo a melhorar a imagem externa do país (UEHARA, 2003). Acompanhada dessa postura de *low-profile* em assuntos internacionais, a diplomacia japonesa também envolveu a abdição do uso da força militar externa, condição imposta pelos Estados Unidos ao fim do conflito.

A postura passiva japonesa em assuntos securitários já havia sido alvo de críticas por parte dos Estados Unidos e da Europa no início da década de 1990, durante a Guerra do Golfo. Muitos desses atores internacionais não compreenderam como o Japão, país qualificado como a segunda maior economia do mundo, ainda pregava uma política contrária à normalização de suas forças armadas e de engajamento efetivo nas iniciativas das forças de paz da ONU (UEHARA, 2003). Reconhecidamente um financiador do desenvolvimento a partir dos programas de ajuda externa (ODA), o Japão estruturou seu crescimento econômico através de uma política externa de bilateralidade com os Estados Unidos, tanto comercial quanto em investimentos. O relacionamento teve poucos pontos de conflito e baixa cooperação, mas foi nesse período que a diplomacia japonesa teve espaço para diversificar suas parcerias.

A exemplo disso, a partir da deflagração da crise do petróleo na década de 1970, o Japão prevaleceu a estruturação de parcerias com as economias asiáticas conforme a Doutrina Fukuda, estabelecida pelo homônimo primeiro-ministro japonês em 1978. Os princípios desta doutrina preconizavam uma participação do país a favor do desenvolvimento regional, tanto no Leste (em especial com a China, após a normalização das relações diplomáticas em 1972)

como no Sudeste, com as economias do bloco da ASEAN. Além disso, indicava que o Japão deveria trabalhar para o estabelecimento de laços de confiança com essas nações, de modo a superar o ônus do passado histórico de imperialismo nipônico na região, estimulando a paz e a prosperidade.

Vale apontar que a Doutrina Fukuda não era uma forma de oposição à Doutrina Yoshida, dado que a política externa japonesa continuou mantendo o relacionamento com os Estados Unidos como pedra angular (UEHARA, 2003). Mesmo assim, guiado pelo objetivo de tornar-se um líder proeminente na região, o Japão destinou 90% de sua ajuda externa ao continente asiático, estabelecendo laços de interdependência econômica com estes países, mas abdicando do tratamento de assuntos políticos e militares. Tal modelo de cooperação econômica trabalhou a favor do Japão durante as décadas de 1970 a fins de 1980, mas a deflagração da Crise Asiática atacou efetivamente esse pilar da política externa japonesa, prejudicando o desempenho econômico japonês, extremamente dependente da região para o seu funcionamento.

No que concerne à dinâmica interna de formulação de política externa, autores como Uehara (2003) indicam que essa é formulada desde o fim da Segunda Guerra Mundial por um "triângulo de ferro" composto pelo Partido Liberal Democrata (PLD), a burocracia e o setor privado, três poderes que têm também a maior influência sobre a política doméstica. O PLD governou ininterruptamente de 1945 até meados dos anos 1990 graças à manutenção de laços políticos com a burocracia e o Keidanren (instituição que representa as principais empresas japonesas) e da circulação de seus membros com os dois setores. Longe de constituir um projeto único, tais setores encontraram no pluralismo do triângulo obstáculos para a concretização de políticas e objetivos próprios. O PLD teve participação fundamental na manutenção do triângulo, abrindo canais de cooperação com o setor privado e a burocracia para que os interesses destes estivessem presentes na formulação política japonesa, trabalhando a favor das Doutrinas Yoshida e Fukuda.

No entanto, foi o setor burocrático, em especial o Ministério das Relações Exteriores (MOFA), o Ministério da Tecnologia e Indústria Internacional (MITI) e o Ministério da Agricultura, Floresta e Pesca do Japão (MAFF), que teve papel proeminente no processo de elaboração da política externa japonesa. Diferente do PLD, que não possuía pessoal especializado no tratamento de relacionamentos com países específicos, os ministérios especializaram-se em diferentes nichos da diplomacia japonesa. O poder burocrático continuou a exercer influência fundamental na formulação de política externa até a Crise

Asiática, quando sua imagem junto à população começou a decair por conta de casos de corrupção e pelas críticas realizadas por políticos da oposição (UEHARA, 2003).

Tendo em vista esse contexto de crise interna e externa do Japão, este artigo tem como objetivo identificar quais foram as mudanças propostas pelos governos da década de 2000 na política externa do Japão, verificando se elas estariam mantendo a diplomacia dentro dos parâmetros das doutrinas Yoshida e Fukuda ou se estariam configurando a formação de uma nova doutrina diplomática japonesa. Comparando o período de governo de Koizumi (2001-2006) com o do PLD entre os anos de 2006 e 2009, e os governos do Partido Democrata do Japão (PDJ) de 2009 a 2011, buscar-se-á analisar a influência desses governos sobre a política externa japonesa, identificando as principais características desta ao longo da última década. Para tanto, utilizar-se-á como marco teórico o trabalho de Putnam (1988), que estabelece que a política externa é composta por um jogo de dois níveis. O primeiro diz respeito aos condicionamentos externos, que, no caso japonês, constituem-se no minimalismo político e no tratamento da relação bilateral com os Estados Unidos como pedra angular da diplomacia. O segundo diz respeito aos condicionamentos internos, tornando-se importante a análise sobre a influência do triângulo de ferro no processo de elaboração de políticas durante os governos estudados, de maneira a observar em que medida o PLD e o PDJ conseguiram colocar seus projetos diplomáticos em funcionamento.

A metodologia utilizada consistirá na seleção e análise de material bibliográfico pertinente ao tema, incluindo (i) consulta a textos acadêmicos de Ciência Política que realizem um mapeamento da diplomacia japonesa no século XXI; (ii) análise dos discursos realizados pelas autoridades do Estado japonês, disponibilizados em fontes oficiais ou em universidades e demais instituições de pesquisa internacionais; (iii) análise de documentação oficial e extraoficial que sinalize as relações internacionais e os objetivos de política externa do Japão no período considerado, incluindo publicações acadêmicas de origem japonesa, bem como de origem externa ao país.

2 GOVERNO KOIZUMI (2001-2006)

De acordo com Inoguchi (2008), a eleição de Koizumi envolveu uma série de fatores que diziam respeito ao declínio do PLD frente à opinião pública japonesa. No início da década de 2000, os escândalos de corrupção envolvendo burocratas e líderes do partido se juntaram aos problemas econômicos enfrentados pelo país no período da crise asiática e levaram a uma dura crítica por parte dos eleitores e da oposição, em especial do PDJ, partido que crescia nas intenções de voto. O PLD lançou à sua frente como novo candidato Junichiro Koizumi, que anteriormente participara do governo como ministro da saúde e bem-estar.

Notadamente um dissidente partidário, Koizumi era conhecido pelo público pelos seus discursos críticos ao PLD e ao governo, mesmo fazendo parte deste. Não era líder de facção dentro do PLD, diferente de seus antecessores como primeiros-ministros, apesar de ser filiado à facção Mori, grupo de formação nacionalista e pró-EUA. Segundo Inoguchi (2008), o sucesso eleitoral de Koizumi foi resultado de seu carisma e das propostas de reformas internas para o combate à crise econômica, que atraíram o eleitorado japonês, impaciente com o aumento do desemprego e com a corrupção. Além disso, o candidato manteve sua atenção à mídia, reconhecendo que esta servia como instrumento para aprimorar a imagem do partido e dos líderes partidários. Líderes do PLD apostaram na imagem reformista de Koizumi para dar fôlego ao partido e combater o crescimento do PDJ nas urnas.

No entanto, o PLD não conseguiu frear a guinada ideológica que o novo primeiro-ministro faria. Ao assumir o governo, Koizumi apontou que as debilidades do governo japonês eram consequência de uma resposta falha à expansão da globalização a partir da década de 1990, resultando em uma queda de competitividade econômica do país, bem como de uma falta de unidade política para responder aos desafios da nova conjuntura global (INOBUCHI, 2008, p.15). Dessa forma, alinhou a política interna do país a um programa de caráter neoliberal, lançando o conceito de “reformas sem áreas intocáveis”, buscando rever os gastos públicos e a interferência do Estado na economia, removendo privilégios de setores burocráticos e empresariais filiados ao governo (NORTON, 2007). Essa linha de pensamento, no entanto, não compunha uma maioria dentro do PLD. De acordo com Inoguchi (2008), Koizumi reconheceu que para o sucesso das reformas, o próprio partido correria o risco de ser reformado. Utilizando-se de seu apoio frente à opinião pública e aproveitando-se do enfraquecimento das pressões do setor burocrata e do setor privado, o primeiro-ministro adotou a estratégia de quebrar o triângulo de ferro em definitivo, buscando assim, centralizar

o máximo de poder decisório em seu gabinete e nos seus aliados dentro do partido (KAIHARA, 2008).

Efetivamente, muitas das reformas propostas por Koizumi foram realizadas mesmo diante do protesto dos componentes do triângulo de ferro (MULGAN, 2006). Na mais emblemática delas, o processo de privatização dos correios do Japão, Koizumi não obteve o apoio parlamentar necessário para fazer as medidas passarem. Com isso, convocou uma dissolução do gabinete em 2005, anunciando para setembro novas eleições para a Câmara Baixa do parlamento (cuja maioria eleita compõe o governo). O resultado, que representou o apoio popular a Koizumi, levou à formação de um novo gabinete do PLD, composto por políticos alinhados ao governo. De acordo com Maclachlan (2009), o resultado eleitoral de 2005 e a reforma dos serviços postais no Japão não só colocaram o PDJ como um “ator de pouca expressão no parlamento, como também foram fatores que decretaram a efetiva quebra do triângulo de ferro no processo decisório japonês” (p.12).

Quanto ao vértice do setor econômico no triângulo, as reformas econômicas do governo, defendendo um menor envolvimento estatal, também enfraqueceram os laços de intercâmbio e interposição entre o PLD e o Setor Privado (INOBUCHI, 2008). A política de “reformas sem áreas intocáveis” fez com que as empresas públicas e as grandes corporações fossem efetivamente inseridas no sistema de competitividade global, retirando privilégios e diminuindo o rol de políticas protecionistas da economia. No entanto, o setor privado continuou exercendo sua influência na elaboração da diplomacia econômica, tendo em vista que as empresas desempenham um grande papel não só nas políticas de transferência de tecnologias e bens de produção duráveis, mas também como contribuintes para os fundos da ajuda oficial externa (ODA), do governo (OKANO-HEIJMANS, 2007).

Já no que diz respeito à política externa japonesa, a quebra do triângulo de ferro, a mudança na orientação ideológica do PLD e o personalismo político de Koizumi foram fatores que influenciaram diretamente na configuração de um novo processo de elaboração diplomática. A exemplo da política securitária japonesa, Envall (2008) indica que Koizumi passou a participar de assuntos de política externa que antes eram tratados restritamente pelo MOFA. De acordo com Inoguchi (2008), essa nova orientação de política externa do governo objetivava alinhar o Japão à nova conjuntura global, redefinindo-o como ator político prestigiado e voltado para o mundo (HOOK et al., 2005). No Diplomatic Bluebook de 2002 (MOFA, 2002), foi reiterada a busca do Japão no aumento de seu papel como ator político influente e como agente promotor da paz e do desenvolvimento, creditando a comunidade

internacional como fator que permitiu o crescimento e desenvolvimento do país nas décadas anteriores.

Portanto, conforme indicado por Hook et al. (2005), alinhar-se à comunidade internacional no novo século significava dar resposta aos atentados de 11 de setembro e aos novos problemas políticos e securitários que surgiriam a partir de então. O primeiro passo dado por Koizumi foi reforçar a aliança político-militar com os Estados Unidos. Imediatamente, forneceu apoio financeiro para as medidas de assistência às vítimas e prometeu apoio político na comunidade internacional para que fossem aprovadas as providências de ação contraterrorista no Afeganistão e de retaliação à Al-Qaeda adotadas pelos Estados Unidos. Como especificado no Diplomatic Bluebook de 2002 (MOFA, 2002), o Japão não apenas forneceu recursos para a ação militar estadunidense, como também expandiu seu programa de ODA ao Paquistão e à Índia, países vizinhos ao Afeganistão que enfrentavam seus próprios problemas com terrorismo e que também se alinharam à posição dos Estados Unidos.

O fornecimento de ODA a esses países configurou uma decisão fundamental para o alinhamento da política externa japonesa à aliança com os Estados Unidos. Em um período de debilidades econômicas e reformas internas, o orçamento de ajuda externa japonesa diminuiu consideravelmente (atingindo queda de 4,8% em 2004), afetando programas de assistência a parceiros econômicos do país na Ásia. De acordo com Hook et al. (2005), tanto o MOFA quanto o governo passaram a valorizar o uso de ODA como um fator estratégico de política externa, buscando aproveitar a oportunidade de obter benefícios políticos e econômicos na melhora do relacionamento bilateral com os Estados Unidos.

No entanto, ao contrário do ocorrido na Guerra do Golfo em 1991, o apoio japonês não se resumiu apenas ao ramo de financiamento. Envall (2008) aponta que o governo Koizumi se responsabilizou também pelo provimento de apoio logístico ao aprovar no parlamento medida que permitia que as Forças de Autodefesa do Japão (JSDF), realizassem transporte de combustíveis e suprimentos ao longo da costa do Oceano Índico durante o conflito no Afeganistão. Tal decisão marcou o rompimento da lei estabelecida em acordo com os Estados Unidos em 1945 que proibia o uso externo das forças militares japonesas. Em 2003, o governo foi além e enviou tropas não-combatentes japonesas no Iraque, para assistência humanitária e ajuda nos esforços de reconstrução. A decisão foi fundamental para que o Japão levasse adiante acordos de renovação de armamento e equipamentos militares,

muito embora, segundo Kubota (2008), isso tenha agravado a dependência do país à indústria armamentista estadunidense.

Ao mesmo tempo, o governo Koizumi estabeleceu acordos com os EUA para a instalação de escudos antimísseis em 2002 e deu continuidade a um projeto de realocação da base aérea em Okinawa, ilha que aglomerou bases militares do exército norte-americano desde o Pós-Guerra. O governo seguiu recebendo pressões da população e por parte do eleitorado para a remoção definitiva das bases, mas em resposta à aliança político-militar, Koizumi preferiu dar garantias ao governo de Okinawa de que os Estados Unidos cumpriria as promessas de amenizar tensões criadas com a presença militar norte-americana. A realocação da base aérea foi aprovada em 2006, sendo redirecionada a outra área da ilha, Futenma, onde desproveria de maior espaço físico. A realocação causou repúdio por parte da população local e se tornou um dos pontos chave da campanha eleitoral do PDJ a partir de então (AUSLIN, 2010).

Ainda que as questões econômicas não tenham afetado negativamente as relações entre Japão e Estados Unidos durante o governo de Koizumi, Hook et al. (2005) assinalam que a agenda econômica bilateral continuou a ser ditada pelos Estados Unidos. Aproveitando que as propostas do governo japonês eram de mover o país em direção ao neoliberalismo, agentes econômicos dos Estados Unidos deram suporte às medidas do governo, aplicando pressão adicional aos formuladores de política no Japão (HOOK et al., 2005, p.111). O financiamento prestado pelos Estados Unidos à recuperação de bancos japoneses também foi uma moeda de barganha importante para que o país se movesse em direção da neoliberalização preconizada pelo governo Bush.

Em adição, para Hook et al. (2005) a postura de maior proatividade japonesa em assuntos militares e a ampliada cooperação bilateral com os Estados Unidos não eliminou a faceta subordinada do país em relação ao aliado no eixo bilateral. Mesmo assim, segundo Envall (2008), a aliança com os Estados Unidos foi fundamental para que o governo Koizumi impulsionasse o nacionalismo, uma das características marcantes de seu governo e de seu pensamento político. Ao apoiar os americanos nos esforços de “Guerra ao Terror”, deu espaço para o debate do papel da JSDF no país e, buscando melhorar a imagem das forças armadas no âmbito nacional, defendeu que as forças armadas compunham parte do comprometimento japonês com a comunidade internacional (MOFA, 2003). Com isso, de acordo com Deans (2007), o primeiro-ministro visava alterar a tradicional ideologia antimilitarista japonesa encabeçada pela Doutrina Yoshida, indicando que a aceitação de um poder militar ampliado

no Japão compunha ponto fundamental para a maturidade política do país no Sistema Internacional.

No entanto, a campanha nacionalista de Koizumi foi além das expectativas até mesmo dos setores reacionários quando o primeiro-ministro decidiu restabelecer a tradição de realizar visitas oficiais ao templo de Yasukuni, local que abriga restos de soldados japoneses mortos na Segunda Guerra Mundial, bem como os de catorze criminosos de guerra de classe A. Realizadas anualmente durante todo o governo Koizumi, as visitas tinham o propósito, segundo o primeiro-ministro, de honrar a memória dos mortos sem distinções. Para observadores externos e para parte da população, no entanto, as visitas também tinham uma carga revisionista, já que no templo os memoriais e os textos apresentados sobre a história de guerra do Japão apontam que o país teria participado do conflito para “salvar a Ásia do imperialismo ocidental” e “salvar a China do terrorismo” (KINGSTON, 2007, p.302).

Embora Koizumi nunca tenha mencionado o revisionismo histórico em seus discursos, e reafirmado que suas preces representavam uma maneira natural de respeitar os mortos da guerra, hábito tradicional em qualquer país, as visitas a Yasukuni foi o motivo determinante na deterioração das relações políticas do Japão com a Ásia, em especial com a China e com as duas Coreias (KINGSTON, 2007, p.309). Em 2005, protestos contra o Japão tomaram forma nas ruas chinesas, o que alarmou até mesmo os Estados Unidos, temeroso do aumento do isolamento político japonês na região (SATO, 2006). Koizumi não apenas congelou as relações políticas com o país asiático como foi contra muitos atores internos que tinham interesses econômicos na Ásia. O Keidanren expressou-se contra, bem como políticos da ala conservadora do PLD e Associação de Executivos Corporativos, afirmando que a ação seria o principal obstáculo para o melhoramento das relações com a China (p.310).

De fato, as relações bilaterais China-Japão encontraram no governo Koizumi o ponto mais baixo desde o reatamento diplomático na década de 1970, resultando na suspensão de encontros de alto nível em 2006. De acordo com Hook et al. (2005), parte da conduta de Koizumi envolve a opção pelo prevalecimento das relações com os Estados Unidos, tendo em vista que este país declarou a China como “competidor estratégico”, sugerindo uma possibilidade de confrontação entre as duas partes (p.175). A posição de apoio japonês se fortaleceu após a construção de plataformas chinesas de extração de petróleo próximas à linha divisória do mar territorial de dois países, sem dar notificações prévias aos japoneses, ação que ia contra acordo realizado em 2001 que ressaltava a necessidade de comunicação prévia entre ambas as partes quando fossem realizadas manobras marítimas no local. O evento

impulsionou a escolha do governo Koizumi de colocar as relações político-securitárias com a China sob o âmbito da aliança com os Estados Unidos (p.176).

O governo japonês reconhecia que a interdependência econômica entre China e Japão crescia notavelmente, mas isso não foi suficiente para que os dois países alcançassem um nível elevado de cooperação. Os países passaram a ter fricções na OMC ao discutirem sobre a salvaguarda dos produtos agrícolas japoneses, medida que foi retaliada com a taxaço na China em cem por cento sob a compra de automóveis e outros produtos industrializados do Japão. Em adição, dado o contexto da crise econômica asiática, o Japão reduziu o volume de ODA cedida à China. Além disso, conforme Hook et al. (2005), a redução “não podia disfarçar uma mudança na natureza das relações bilaterais entre os países”, explicando a tendência do Japão em ver a China como uma potência militar e econômica ascendente e fora do controle da diplomacia japonesa, e da China em observar o Japão como rival econômico e de ascendência militar, especialmente a partir da ampliação do alinhamento japonês aos Estados Unidos.

Em consonância com o esfriamento das relações entre Japão e China, os países tornaram-se mais sensíveis à atuação um do outro no processo de integração regional. De acordo com o MOFA (2006), o Japão não subestimava a importância do continente asiático para a sua política externa, constatando que a manutenção dos laços com o Leste e o Sudeste Asiático era apontada como parâmetro fundamental da diplomacia japonesa. Aslam (2008) indica que, após a adesão do Japão à ASEAN +3 em 1997, junto com Coreia do Sul e China, o governo Koizumi aumentou proatividade japonesa na organização. O autor explica que o Estado japonês começou a temer que o movimento dos Estados Unidos em direção ao estabelecimento de acordos de livre comércio na América Latina comprometeria a posição comercial japonesa com o seu principal parceiro econômico. Além disso, outros parceiros importantes, como a União Europeia, também aderiam ao regionalismo, fato que o Japão interpretou como um sinal de possível isolamento de sua economia frente aos seus parceiros. Dessa maneira, Koizumi sinalizou apoio à organização, sugerindo que o bloco evoluísse em direção ao estabelecimento da Comunidade do Leste Asiático, configurando um alinhamento do Japão à integração e ressaltando a importância de um acordo de livre comércio em escala regional (ASLAM, 2008, p.11-12).

No entanto, de acordo com Aslam (2008) a estratégia integracionista do governo Koizumi apresentava debilidades. Impulsionada pelo caráter neoliberal do governo, a estratégia japonesa ia de encontro à defesa pela liberalização comercial dos países do Leste e

Sudeste Asiático, mas tentava, ao mesmo tempo, negociar salvaguardas em setores econômicos que continuariam sensíveis à abertura na esfera nacional, em especial a agricultura. Como indicado pelo próprio MOFA, os acordos de parcerias econômicas (EPA) e os acordos de livre comércio (FTA), realizados no âmbito de relações bilaterais, visavam não apenas ampliar a cooperação econômica do Japão com os países asiáticos, como também “facilitar reformas estruturais em ambos os países” (MOFA, 2005, p.13).

Contudo, de acordo com Hook et al. (2005), as reformas em direção à globalização eram guiadas por uma estratégia japonesa de prevalecer os diálogos bilaterais, onde era facilitada a negociação de salvaguardas em setores sensíveis à liberalização, em contraposição às iniciativas multilaterais, nas quais um eventual comprometimento de todos os membros em realizar aberturas econômicas em setores específicos aplicaria maior pressão sobre o governo japonês, já que estes compunham base substancial de apoio ao PLD (p.218). Ainda assim, os autores ressaltam que a opção do Japão em adotar tal estratégia o coloca atrás da China na corrida pela liderança regional, tendo em vista a proposição do Estado chinês de realizar FTAs que englobariam a totalidade da ASEAN, demonstrando maior disposição em arcar com os custos da abertura do mercado.

O insucesso do Japão em manter uma agenda política positiva com a China e o Leste e Sudeste Asiático também acarretou no insucesso de outro projeto político do governo Koizumi, envolvendo a conquista de uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU. Essa ambição já era perseguida pela diplomacia japonesa ao longo das décadas de 80 em diante e sinalizava a busca do Japão pela conquista definitiva de uma posição de prestígio político no âmbito internacional (DRIFTE, 2002). Nesse período, a baixa participação do Japão na resolução de conflitos internacionais constituía-se como razão para o insucesso do projeto. No entanto, a partir da reforma no regimento da JSDF e o fortalecimento da aliança com os Estados Unidos deram respaldo para que o país recebesse apoio de potências europeias, como a Alemanha (que também buscava uma vaga), França e Inglaterra (Hook et al, 2005).

O governo justificou a importância de sua candidatura, também, com a expansão dos programas de ODA na África e no Oriente Médio, argumentando que a assistência japonesa ao desenvolvimento demonstrava o comprometimento do país com a comunidade internacional e refletia uma resposta aos desafios impostos na ordem internacional do pós-Guerra Fria (Hook et al., 2005, p.328). Indo além, o país estabeleceu uma aliança com outras três nações (Brasil, Índia e Alemanha), formando o G-4, buscando compor esforços para a

candidatura coletiva a vagas permanentes e para aplicar pressão política a favor da renovação do Conselho. Apesar disso, o projeto do G-4 não teve sucesso, devido não só à estratificação do organismo, contrário a mudanças estruturais e à abertura de novas vagas permanentes, como também ao temor do Estado chinês de que a candidatura japonesa daria respaldo a crescente militarização preconizada por Koizumi. Isso levou a China a exercer o seu poder de veto, sinalizando contrariedade a qualquer proposta de reforma que envolvesse a candidatura do Japão (OLIVEIRA, 2005).

3 GOVERNOS DO PLD APÓS A ERA KOIZUMI: ABE FUKUDA E ASO (2006-2009)

Koizumi deixou o governo em setembro de 2006, cumprindo promessa de que sairia do cargo tão logo sua reforma de privatização do serviço postal estivesse completa. Durante a transição de governos, o nome indicado pelo PLD para a sucessão foi o de Shinzo Abe, político da mesma facção partidária que propunha dar continuidade às reformas de seu antecessor. A indicação de Abe levava em conta também nova tendência no pensamento do partido da situação acerca das características de um primeiro-ministro. O personalismo e o carisma de Koizumi garantiram apoio popular sem precedentes ao governo, e a busca por um político de atributos semelhantes levou ao apoio da Câmara Baixa a Abe (INOBUCHI, 2008). De fato, no que diz respeito à agenda de política interna, o novo governo não apresentou novidades ao público. Abe pretendia dar seguimento às reformas estruturais, focadas na descentralização, privatizações e promoção de competição (KAIHARA, 2008).

O novo governo foi constituído dentro de um novo contexto de dinâmica política herdada do período Koizumi, em que se assinalava uma queda significativa do poder e influência da classe burocrática japonesa. A burocracia não apenas perdeu o prestígio diante do público, como também foi gradualmente sendo colocada às margens do processo decisório do governo, apresentando um caráter complementar à elaboração de política interna e externa japonesa. De acordo com Mulgan (2009), o que passaria a reger a nova dinâmica de política japonesa seria, de fato, a composição partidária das duas Casas da Dieta japonesa, e a coordenação entre os políticos desta. Até o período do governo Abe, a coordenação entre as casas não compunha impedimentos à elaboração de políticas do governo, tendo em vista que o PLD sempre obteve a maioria dos assentos em ambas, coordenando coalizões com partidos da oposição toda a vez em que sua posição estivesse ameaçada.

Apesar disso, o eleitorado japonês, em especial as classes rurais, começou a dar respaldo ao PDJ, partido da oposição, ao expressarem uma gradual mudança de posição quanto às reformas do governo. De acordo com Kaihara (2008), as reformas de Koizumi tinham servido o propósito de recolocar o Japão nos trilhos do crescimento econômico, mas logo que isso foi concretizado, o apoio à descentralização econômica e o corte de benefícios a vários setores começaram a ser duramente criticados pela oposição e pelo eleitorado. Se por um lado, as reformas permitiram que o Japão retomasse a estabilidade financeira e econômica pretendida por Koizumi, por outro, também provocaram o aumento da desigualdade de renda e da desigualdade na remuneração de trabalhadores na cidade e no campo. Esse

descontentamento geral alarmou o governo da situação, tendo em vista que 2007 seria o ano em que aconteceriam as eleições para a Casa Alta da Dieta.

No âmbito da política externa, no entanto, a posição do novo governo não foi a de dar continuidade total ao projeto de Koizumi. De acordo com Edström (2007a), Abe era um nacionalista assim como seu antecessor, e defendia a normalização militar do Japão e uma maior participação nos organismos multilaterais, de maneira a oferecer uma contribuição japonesa à comunidade internacional. No entanto, o novo primeiro-ministro representava, também, os interesses do PLD de resgate à participação política do Japão nas relações políticas com a Ásia, fazendo com que o primeiro item de sua agenda fosse o de normalizar as relações com a China e a Coreia, colocadas em estagnação pelo governo Koizumi. A postura de Abe de oposição e enfrentamento à Coreia do Norte foi uma das características que impulsionou sua popularidade no começo do governo. Ao longo de seu mandato, Abe procurou inserir o Japão nas discussões de seis partes, buscando a aplicação de medidas de dura repreensão ao Estado norte-coreano. Na visão do governo japonês, a questão não tratava apenas da ameaça que esse país apresentava ao Japão, mas à possibilidade de que os avanços no programa nuclear na Coreia do Norte levariam a uma corrida armamentista regional, motivando a China a aumentar as suas capacidades nucleares (EDSTRÖM, 2007a).

Com isso, Abe projetou visitas aos Estados chinês e coreano em Outubro, logo após a sua posse, contrariando a tendência de primeiros-ministros japoneses em realizar a primeira visita de seu cargo aos Estados Unidos. O gesto foi bem recebido. Nestas visitas, Abe não apenas ressaltou a importância das boas relações com a Ásia para o desenvolvimento econômico japonês e para o sucesso do processo integracionista, como também buscou encerrar a polêmica sobre o revisionismo histórico, pedindo desculpas pelos atos de agressão cometidos no passado e prometendo encerrar as visitas oficiais ao templo de Yasukuni. De acordo com Edström (2007a), as visitas de Abe tiveram consequências positivas para a diplomacia japonesa na esfera asiática, acarretando na retomada dos diálogos bilaterais entre os altos escalões do governo e projetando uma maior participação política do Japão na Ásia (EDSTRÖM, 2007a).

Durante a visita na China, os diálogos evidenciaram a posição de ambos os governos em descartar a possibilidade de conflito entre as partes. Os chineses enfatizaram que o desenvolvimento buscado pela China era pacífico, e que o país buscava a inclusão de parcerias com o Japão e outros países para tanto. Já o governo Abe afirmou que assumiria os fatos passados integralmente, resolvendo impedimentos ao desenvolvimento dos laços

bilaterais entre as nações. Isso pareceu ser confirmado quando, na ocasião, o Japão evitou mencionar o problema de Taiwan nos diálogos. Para Edström (2007a), o governo Abe percebia, além disso, que a China apresentava-se como parceiro importante na questão das relações com a Coreia do Norte, em especial no que dizia respeito ao refreamento da política nuclear norte-coreana. Em contrapartida, o autor aponta que, embora os países tenham declarado que trabalhariam na construção de laços bilaterais conforme “interesses estratégicos comuns”, tais procedimentos não foram enumerados e o que comprometeu o avanço dessa parceria.

Em contraposição, Edström (2007a) aponta que, ao tratar-se das relações com os Estados Unidos, a posição japonesa de apoio à aliança bilateral foi claramente sustentada. Como indicado pelo MOFA (2007), o governo Abe pretendia aprofundar os laços bilaterais com os Estados Unidos, tendo em vista a sua importância na sua contribuição às questões de segurança na esfera asiática, assim como preconizava o governo Koizumi. Logo após os testes nucleares na Coreia do Norte, Abe se encontrou com o presidente George W. Bush no fórum da APEC onde não só discutiram medidas de retaliação ao governo norte-coreano, como também concordaram no avanço da instalação do escudo antimísseis japonês e no apoio à participação do Japão nos diálogos de seis partes (EDSTRÖM, 2007a).

Já na ocasião da visita à Coreia do Sul, Abe chegou precisamente no momento em que fora anunciado um novo teste nuclear realizado pela Coreia do Norte. O que deveria ser apenas uma visita de diálogo de reatamento das relações entre Japão e a Coreia do Sul e de discussão sobre o problema do revisionismo histórico passou a abordar também a discussão de medidas para lidar com o problema norte-coreano. Assim como na China, Abe apresentou pedido formal de desculpas ao povo coreano pelos eventos da Segunda Guerra Mundial. No que diz respeito à Coreia do Norte, Abe demonstrou ao presidente Roh Moo Hyun a disposição de tomar medidas duras de retaliação e de fazer parte dos diálogos de seis partes, junto com Estados Unidos, China e Rússia, assim como proposto no governo Koizumi (EDSTRÖM, 2007a).

Apesar da aproximação com China e Coreia, o governo Abe sinalizava uma política de integração regional que se opunha à diplomacia chinesa, a qual buscava minimizar a presença das potências ocidentais na região, proposta que seria alcançada com o prevailecimento das discussões no âmbito da ASEAN +3. Para o novo primeiro-ministro, a nova política externa japonesa deveria focar-se na construção de um “arco de liberdade e prosperidade”, conceito que compreendia a formação de uma zona de valores universais, incluindo Direitos Humanos

e a proteção de liberdades individuais e de mercado, que abrangeria a Europa, o Oriente Médio e a Ásia como um todo. A área tratada correspondia aos principais focos da política de ODA japonesa desde o governo Koizumi, e o objetivo desse projeto visava angariar novas parcerias econômicas ao Japão, fortalecer a posição multilateral do país e chamar a atenção do mundo para a ASEAN, que, na visão da diplomacia japonesa, constituía-se como o centro do crescimento econômico global (MOFA, 2007).

A escolha das parcerias para tal política, no entanto, fazia frente aos interesses chineses, ao considerar a participação de organizações como a União Europeia, a OTAN e o NAFTA na dinâmica de desenvolvimento regional. Além disso, Abe buscou resgatar a APEC como centro de diálogos de integração regional, embora não tenha descartado a participação do governo no fórum da ASEAN +3. Em adição, o país demonstrava dificuldade em avançar os diálogos de integração com os países asiáticos. A concorrência com a China pelos mercados asiáticos continuava a pressionar o Japão a avançar negociações em EPAs (Parcerias Econômicas Estratégicas) junto à ASEAN, e, efetivamente, o país assinou seis acordos com países da ASEAN. No entanto o governo Abe seguiu a linha de Koizumi de agir com cautela quanto à concretização de um EPA regional, buscando não comprometer os setores nacionais como o agrícola e o têxtil com a perda de concorrência (KAWAI E URATA, 2010).

Em adição, assim como no governo de Koizumi, um dos fatores principais da política externa do governo Abe foi a defesa da extensão do papel das JSDF, através da defesa de um projeto de lei que previa a participação das forças militares japonesas em qualquer missão além-mar, sem necessidade de autorização prévia das Nações Unidas. Tal programa intencionava não apenas aprofundar os laços da aliança político-securitária com os Estados Unidos, como também dar um primeiro passo à revisão das cláusulas de funcionamento das JSDF, buscando normalizá-las como forças armas nacionais. O governo Bush assinalou apoio à reforma, tendo em vista que esta permitiria uma participação ainda maior do Japão no Golfo Pérsico e nas missões da coalizão (EDSTRÖM, 2007b).

Ao assinalar que a posição de Abe se assemelhava cada vez mais à de Koizumi, em contraposição ao resgate das relações do Japão com a Ásia, a oposição, encabeçada pelo PDJ de Ichiro Ozawa, um dos fundadores do partido, começou a atacar o projeto de política externa do PLD. Os partidários do PDJ apontavam que o Japão falhava em realizar uma contribuição à comunidade internacional, pois colocava à aliança com os Estados Unidos acima de sua projeção na ONU e na Ásia. Ozawa atribua a falta de resposta do Japão aos

problemas regionais de segurança às debilidades no desenvolvimento de laços cooperativos com a China e à hesitação do país em tornar-se um Estado Normal (ELLIOT E MASTERS, 2009). Como indicado por Mulgan (2009), enquanto o PLD creditava o desenvolvimento das capacidades econômicas e políticas do Japão aos Estados Unidos, o PDJ enxergava a ONU como a principal fonte de amadurecimento diplomático do país. Os argumentos do PDJ, apesar disso, passavam longe de se concretizarem como contraproposta ao plano de governo do PLD, não só porque o governo tinha o controle das duas Casas da Dieta japonesa, mas também porque mudanças na política externa japonesa não eram vistas como a principal causa de atração de votos do eleitorado (GREEN, 2010).

No entanto, o resultado das eleições de 2007 penalizou o PLD pela insistência no programa de reformas. De acordo com Mulgan (2009) a derrota para o PDJ na corrida pela maioria dos assentos na Casa Alta foi oriunda do descontentamento com o resultado das reformas e com escândalos de corrupção deflagrados em seu governo, o principal deles a descoberta de desvios de recursos no fundo de pensões do país. Além disso, Edström (2007b) considera que no âmbito da política externa, o eleitorado japonês, notadamente conservador e defensor do pacifismo adotado no Pós-Segunda Guerra, não apoiou a guinada de Abe à direita, desaprovando o programa de normalização da JSDF e a militarização crescente do país. Segundo o autor, a agenda de reformas políticas nacionalistas frustrou as expectativas dos eleitores japoneses, preocupados, em especial, com a situação econômica do país.

Manejar um governo com uma Dieta dividida demonstrou-se como tarefa impossível para Abe. Mesmo apresentando um novo gabinete, o governo Abe foi incapaz de se articular com o PDJ para dar continuidade às reformas econômicas domésticas. Além disso, a oposição passou a atacar a agenda de política externa de Abe, se opondo à extensão das leis de antiterrorismo, que permitiam o reabastecimento das tropas de coalizão em missões no Afeganistão e no Iraque e rechaçando projetos que levassem à perpetuação dessas. Com isso, o PDJ frustrou os projetos de expansão da aliança político-militar com os Estados Unidos e deu início às discussões quanto à retirada das tropas japonesas do Oriente Médio, apontando que o Japão poderia contribuir com a situação no Afeganistão através de apoio humanitário, sem recorrer a recursos militares (EDSTRÖM, 2007b, p.26).

Tendo falhado em garantir uma unidade política dentro do país e observando seus índices de aprovação em constante queda, Shinzo Abe apresentou sua renúncia ao governo em 12 de setembro de 2007. Em seu lugar, assumiu Yasuo Fukuda, político de linha moderada dentro do PLD e que chegou ao governo prometendo frear as reformas estruturais de Koizumi

e Abe, buscando alternativas para a solução dos problemas econômicos do Japão. De fato, o primeiro objetivo do novo governo era dar respostas às questões econômicas, que levaram o PLD à derrota eleitoral em 2007. Com isso, Fukuda prometeu ser mais flexível na questão de corte de empregos públicos e encerrou projetos de diminuição de benefícios aos pequenos proprietários rurais (KAIHARA, 2008). No entanto, o novo primeiro-ministro enfrentaria neste período uma dura oposição parlamentar devido à divisão na Dieta, tendo grande parte de suas nomeações de ministros e de seus projetos de reformas internas contestados pelo PDJ na Câmara Alta, fato que lhe proporcionou a imagem de um governo fraco e dependente das negociações com a oposição (AVERY E KONISHI, 2009).

Esse mesmo problema alcançaria também a esfera da formulação de política externa japonesa. Fukuda defendia uma maior aproximação com a Ásia, o que era bem visto pelo PDJ, mas também intencionava avançar as reformas nas JSDF e reafirmar a aliança com os Estados Unidos, fatores que a oposição atacava duramente. De acordo com Kiewso e Rydqvist (2008), o primeiro-ministro sinalizou logo no início de seu governo a preocupação de estender o mandato das missões navais de reabastecimento no Oriente Médio, como parte dos esforços de estabilização no Iraque e no Afeganistão. Assim como no governo Abe, o PDJ bloqueou a medida no parlamento, configurando uma indefinição quanto à sua resolução. Constrangido pela oposição, o relacionamento com os Estados Unidos não se deteriorou, mas não apresentou avanço em relação ao período Abe.

Já no que diz respeito à Ásia, o governo Fukuda manteve o princípio apresentado no governo Abe do “arco de liberdade e prosperidade”, argumentando que o principal objetivo do Japão na Ásia era o de garantir a estabilidade regional, construindo sinergia entre as políticas de fomentação ao processo integracionista e de fortalecimento da aliança com os Estados Unidos e das relações com a China e a Coreia do Sul. No entanto, buscou aliviar tensões com os países vizinhos, através de uma participação mais ativa do Japão nos diálogos da ASEAN +3 e no apoio às iniciativas de cooperação trilateral (MOFA, 2008). Nos diálogos bilaterais com os países, Fukuda ressaltou o comprometimento do país com o desenvolvimento regional pacífico e propôs a formação de uma cúpula trilateral à parte da ASEAN e de outros foros multilaterais para a discussão de planos de cooperação política.

A importância do diálogo com China e Coreia do Sul também foi reconhecida por Fukuda no âmbito da cooperação econômica. O governo julgava que o avanço nos programas de parceria econômica dependia de um diálogo aberto para avançar os programas de parceria econômica japonesa e dar respaldo ao aumento do contingente comercial entre as nações.

Embora o país não tenha sido bem sucedido em estabelecer EPAs com esses dois parceiros, o governo Fukuda avançou nas negociações de um EPA multilateral com onze países da ASEAN ao longo de 2008. O acordo, que seria assinado mais tarde por Taro Aso em dezembro de 2008, estabelecia um avanço na disposição do Japão em abrir o seu mercado aos parceiros da ASEAN, em especial nos setores sensíveis da economia, como a agricultura, a pesca e os têxteis (MOFA, 2009).

Já no que diz respeito à Coreia do Norte, Fukuda abrandou o tom em relação ao governo Abe, almejando aprimorar as instâncias de diálogo bilateral. O primeiro-ministro continuou a discutir sobre a desnuclearização do país vizinho, mas sua primeira prioridade foi a de buscar um ponto de equilíbrio para a normalização das relações bilaterais. Embora não tenha sido realizado progresso sobre as discussões que o Japão pressionava na pauta bilateral, o governo norte-coreano deu apoio à participação japonesa nos diálogos de seis partes nesse período, reconhecendo o tom conciliador do novo governo (MOFA, 2009). No entanto, Kiesow e Rydqvist (2008, p.85-86) apontam que o Japão de Fukuda adotou a postura mais descompromissada entre as nações dessa instância, dados os seus problemas internos de baixo apoio parlamentar e incerteza sobre o futuro do PLD à frente do governo.

Pressionado por uma moção de censura aplicada pelos políticos do PDJ em Junho de 2008, Fukuda renunciou ao governo, dando espaço a Taro Aso, que até então tinha participado desde o governo Koizumi com ministro do exterior. Assim como Koizumi e Abe, Aso era um político de imagem popular e reformista, características que o PLD precisava para convencer a população de que a crise econômica japonesa seria combatida. Aso enfrentou oposição na Câmara Alta, mas, de acordo com Masuyama (2009), por ter assumido o governo em um período crítico, dada a deflagração da crise financeira nos Estados Unidos, conseguiu a cooperação do PDJ para avançar medidas de ajuste no orçamento governamental. Além disso, conseguiu evitar o projeto da oposição de convocar eleições para a Câmara Baixa antes do período normal, em 2009.

De fato, a Dieta dividida teve menos impacto no governo Aso do que no de seus antecessores. No âmbito da política externa, Aso, defensor do aprofundamento da aliança com os Estados Unidos, não teve sucesso nos projetos de renovação da JSDF pretendidos por seus predecessores, mas conseguiu aprovar a medida de extensão das missões de reabastecimento no Golfo Pérsico, além da aprovação de missões de escolta a navios japoneses no Golfo de Aden para combater a pirataria. Os diálogos promovidos junto ao Obama indicaram um

contínuo interesse dos Estados Unidos na manutenção do Japão como aliado fundamental no Leste Asiático (AVERY E KONISHI, 2009).

Mesmo reafirmando o compromisso político-militar com os Estados Unidos, Aso buscou manter a ligação com a China. Em seu período de governo, o primeiro-ministro deu sequencia ao trabalho de Fukuda e promoveu diálogos de alto nível entre políticos do PLD, funcionários do MOFA e empresários japoneses com o alto escalão chinês, de maneira a aprofundar os laços econômicos e garantir a continuidade da política de evitar confrontos com a China. Através da promoção da primeira cúpula trilateral Japão-China-Coreia do Sul, anunciou em declaração conjunta o lançamento de um plano de ação que previa maior cooperação na área de finanças e economia e no gerenciamento de eventuais de conflitos e desastres no âmbito regional (MOFA, 2009).

4 GOVERNOS DO PDJ: HATOYAMA E KAN (2009-2011)

As eleições gerais de 2009 no Japão foram remarcadas por muitos autores como tendo apresentado um resultado histórico, com a conquista do poder pelo PDJ. De acordo com Green (2010), os fatores econômicos tiveram papel decisivo nas urnas. Com o vácuo deixado pelos sucessores de Koizumi relativo à condução das políticas econômicas, o PDJ trouxe sua alternativa ao eleitorado japonês, sabendo aproveitar tanto do mau momento político do PLD quanto do cenário de crise financeira em 2009 para conquistar o eleitorado urbano e rural. A credibilidade do PLD tinha sido seriamente afetada, dada à descrença do público de que o partido seria capaz de dar novo rumo ao programa neoliberal proposto por Koizumi e de corrigir as desigualdades advindas de suas reformas. Muito embora o PDJ nunca tivesse participado dos círculos de poder e da condução de um governo na história da política japonesa, sua ascensão, com largo percentual de aprovação nos setores rurais e urbanos, pode ser considerada como uma aposta do eleitorado japonês na realização de uma política econômica que resgatava o antigo modelo nipônico de bem-estar social e atuação estatal na economia, favorecendo subsídios e providenciando auxílios aos desempregados e aos consumidores. Deflagrado o cenário da crise financeira, a aposta do público nas mudanças defendidas pelo PDJ foi ainda maior.

A vitória das eleições de 2009 foi marcada por uma conquista, do PDJ, de 308 dos 480 assentos da Câmara Baixa, colocando o PLD sobre a quantia de 118 assentos. Logo que o primeiro-ministro Hatoyama assumiu o comando do governo, desfrutava de 70% de aprovação pública a seu favor, número que não chegava a essa altura desde a reeleição de Koizumi em 2005 (VAUGHAN, 2010). Agora que se encontrava no poder, o PDJ tinha uma série de promessas e compromissos com os eleitores que deveriam ser cumpridos no plano político-econômico. De acordo com Krauss e Pekkanen (2010), as expectativas eram grandes, dado o discurso de Hatoyama de realizar uma intervenção estatal na economia sem precedentes. O governo deveria justificar o resultado eleitoral e dar início às reformas antes que a crise agravasse ainda mais a situação econômica do país (VAUGHAN, 2010).

Hatoyama rapidamente lançou programas de auxílio à saúde e a educação, com vistas a diminuir o peso das despesas das famílias com os filhos e encorajar o crescimento populacional novamente. Esperando que as empresas empregariam mais e que os bancos restaurariam a liquidez através do aquecimento da economia, o governo realizou diminuições de impostos e dos juros bancários e criou políticas de incentivo ao consumo, de seguro-

desemprego e de combate a pobreza (PDJ, 2010). No entanto, poucas das reformas propostas pelo PDJ atingiram o resultado esperado, dada à limitação orçamentária imposta aos programas do novo governo. A principal dificuldade enfrentada por Hatoyama foi a de que, embora seu partido tivesse apresentado-se coeso diante do público na corrida eleitoral de 2009, quando assumiu o poder, o PDJ demonstrou-se dividido quanto à extensão que deveriam ser dadas as reformas na área das políticas econômicas. De acordo com Vaughan (2010), Hatoyama demonstrou-se um líder frágil, permitindo que setores dentro de seu próprio partido atraíssem a atenção do público e apresentassem a falta de coesão e de unidade do partido. Esse defeito culminou com o embate causado à figura de Ichiro Ozawa, que sofrera com escândalos públicos relativos a desvios de fundos na campanha eleitoral do PDJ.

O fato motivou a facção de Hatoyama de cortar laços com o político após o sucesso do partido nas urnas. No entanto, mesmo sendo colocado sobre julgamento e recebendo larga crítica do público, Ozawa demonstrou ter controle e influência sobre grande parte dos deputados eleitos para a Câmara Baixa, o que o permitiu agir à revelia do primeiro ministro e contra o programa político proposto pelo PDJ, defendendo que o verdadeiro foco da política japonesa deveria ser realizado no âmbito externo, e não na impulsão dos gastos governamentais. Quando o assunto veio a público, o escândalo político deflagrado dentro do próprio PDJ e a queda do apoio popular à Hatoyama acabaram sendo um dos principais motivos para a sua renúncia como presidente do partido e primeiro ministro do Japão (VAUGHAN, 2010).

Em adição, a queda de Hatoyama também está vinculada ao seu fracasso na promoção de um novo plano para a política externa japonesa. Neste âmbito, os programas da facção de Hatoyama se alinhavam muito ao que Ozawa e os seus seguidores propunham, o que sinalizou a possibilidade do governo realizar alterações em sua diplomacia sem ser influenciado por condicionamentos internos. A detenção do PDJ da maioria nas duas Câmaras da Dieta permitiu que o governo usufruísse de uma coesão na elaboração da política externa que foi perdida após o governo de Koizumi. Diferentemente do que era esperado, o PDJ não realizou uma reestruturação completa do MOFA, mantendo muitos de seus funcionários no governo. Isso se dava pela importância que o partido atribuía ao diálogo com os Estados Unidos, com a China e com a ASEAN, parâmetros que sofreriam reajustes no novo programa de política externa proposta pelo partido (SNEIDER, 2011).

O ponto principal da mudança na orientação da diplomacia japonesa se deu no âmbito do relacionamento com os Estados Unidos e a sua influência sobre o papel político japonês na

Ásia. Hatoyama reconheceu que o antigo aliado político-militar japonês continuaria sendo pedra angular da política externa japonesa, mas indicou que a crise financeira e o fracasso da Guerra do Iraque deflagravam o fim do "unilateralismo estadunidense no Sistema Internacional", fazendo com que o mundo se movesse mais do que nunca em direção a uma era multipolar. Tendo em vista esse novo contexto, o Japão deveria relembrar sua identidade como país asiático e buscar uma liderança *de facto* na região, motivado pelo crescimento econômico da China e da ASEAN, parceiros que potencializariam as oportunidades de prosperidade econômica japonesa. Além disso, Hatoyama constatou que, devido à ascensão econômica, política e militar da China na Ásia, os Estados Unidos estaria em uma posição de declínio na esfera regional, e que, conseqüentemente, o Japão deveria se preparar para diversificar suas parcerias estratégicas tanto no âmbito dos concertos de segurança quanto nas parcerias econômicas e no processo integracionista, de maneira a não sofrer um isolamento político (HATOYAMA, 2009, p.7).

Na realidade, a nova aproximação do Japão à Ásia daria certa continuidade aos projetos do PLD de aprofundamento das relações com o Leste e o Sudeste Asiático, presentes desde o governo Koizumi, mas que pouco obtiveram progresso em termos políticos e em termos de efetivação de EPAs plurilaterais. As mudanças principais propostas no governo Hatoyama envolviam o discurso de um maior comprometimento do país com a abertura de seu mercado à ASEAN e uma reavaliação do conceito da Comunidade do Leste Asiático (EAC) proposta por Koizumi, em que se abdicaria do projeto do PLD da promoção do "arco de prosperidade e liberdade", em detrimento da formação de um bloco econômico no qual apenas os países asiáticos estariam presentes. O modelo defendido pelo novo governo japonês seguia os parâmetros da União Europeia, prevendo a defesa de uma moeda única para os países do bloco asiático e a estruturação de um organismo político que consensualizaria as posições políticas das nações para a composição de um discurso unificado nas instâncias multilaterais (HATOYAMA, 2009, p.8). Como indicado por Kopper (2009), o novo governo classificava as formas de cooperação multilateral como superiores aos canais bilaterais, fator que também contrariava a diplomacia dos governos do PLD.

A defesa do projeto integracionista tinha como consequência a diminuição do papel da Europa e dos Estados Unidos no concerto regional, tanto em termos políticos e econômicos, e compôs um dos principais pontos de atrito do governo Hatoyama com a administração Obama (KOPPER, 2009). No entanto, a crise no relacionamento iria além quando Hatoyama declarou que seu programa diplomático buscaria uma revisão dos termos da aliança político-militar

com os Estados Unidos, em busca de um relacionamento mais "igualitário". Na visão do PDJ, o fator fundamental a ser alterado era o papel militar do Japão na aliança. De acordo com Sneider (2011), o novo primeiro-ministro, ainda que tenha reconhecido a necessidade da cooperação com os Estados Unidos para o desenvolvimento tecnológico de capacidades militares, demonstrou-se muito menos entusiasmo em globalizar o papel securitário do Japão de apoio aos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, prezou pela revisão do Artigo 9 da constituição, dando não apenas o direito de autodefesa do Japão, mas também a o aumento dos gastos militares japoneses, da liberação das exportações de armas e da utilização das forças armadas nas missões de paz da ONU.

O estopim da crise bilateral seria concretizado com a manutenção da promessa de Hatoyama de negociar a realocação das bases norte-americanas na ilha de Okinawa, buscando invalidar o acordo estipulado por Koizumi que providenciava a mudança das bases aéreas para Futenma, região da ilha que proveria mais espaço de ação às tropas estadunidenses. Declarando uma superconcentração de bases e contingente militares na ilha¹, o governo engajou-se na defesa da realocação das tropas para a ilha norte-americana de Guam, inclusive propondo ajuda financeira aos Estados Unidos para a realização da transferência, e deslocando outra parte das bases aéreas para uma área menor da ilha, Camp Schwab. A motivação do governo do PDJ ia além do conceito de revisão da aliança político-securitária, e a administração apontou os fatores negativos da presença norte-americana para a população de Okinawa. De acordo com Vaughan (2010), relatórios do distrito de Okinawa indicaram vinte e oito acidentes de aviões, dezoito incêndios e mais de setenta crimes envolvendo soldados americanos. O embate foi suficiente para garantir o apoio eleitoral ao PDJ, não só de Okinawa, mas de boa parte do eleitorado japonês que começava a questionar os custos da aliança militar com os Estados Unidos.

De acordo com Paul (2010), na prática, a negociação da realocação das bases falhou por conta de quatro fatores. Em primeiro lugar, o autor ressalta que a aliança com os Estados Unidos continuava sendo fundamental para qualquer governo japonês, dada à estabilidade providenciada pela presença estadunidense no Leste Asiático, considerando os pontos de foco criados pelas situações na Coreia do Norte e em Taiwan. Em segundo lugar, o incidente de Cheonan, envolvendo o afundamento de um navio da Coreia do Sul por tropas norte-coreanas exemplificou o quanto o Japão estava despreparado para dar resposta a momentos de

¹ De acordo com Vaughan (2010), em 2010 a ilha abrigava 85 bases, 44.850 militares norte-americanos e 44.289 funcionários dependentes, representando 75% das tropas americanas presentes em território japonês.

ansiedade política na região, tendo que recorrer ao sistema da aliança com os Estados Unidos para a manutenção da política de pressão e contensão do programa nuclear e armamentista norte-coreano, também defendida pelo PDJ. Em terceiro lugar, o autor argumenta que a condição econômica japonesa na virada da década não tornava possível a substituição do guarda-chuva norte-americano. Por último, as eleições para a Câmara Alta seriam realizadas em 2010, e o prolongamento das discussões sobre o projeto de realocação de Futenma seria prejudicial à manutenção da maioria do PDJ na câmara e deveriam dar lugar às políticas domésticas, cujos resultados positivos poderiam garantir a vitória do partido.

De fato, como indicado por Sneider (2011), o fracasso da renegociação de Futenma teve peso adicional ao processo de queda de Hatoyama, em especial porque se adicionou à falta de liderança do primeiro-ministro na condução das reformas econômicas domésticas. Segundo Mulgan (2011), no setor agrícola a campanha do partido representou mais a estratégia de compra de votos do que a consolidação de reformas esperadas no sistema de produção e assistência aos produtores. A autora indica que o plano original de Hatoyama consistia no refreamento das reformas neoliberais de abertura do setor agrícola à competição externa que haviam sido iniciadas por Koizumi e na extensão dos gastos em ajuda a pequenos agricultores. O que se observou, na prática, foi um Japão incapaz de responder às pressões externas pela abertura do mercado fator sem o qual seria impossível dar sequência ao projeto de integração da Comunidade do Leste Asiática, o que fez com que o PDJ perdesse parte do apoio que havia conquistado junto aos eleitores em 2009.

No que diz respeito à esfera do Leste Asiático, o que se observou durante o governo Hatoyama foi um aumento da parceria japonesa com China e Coreia, mantendo a tradição dos governos após o período Koizumi de não visitar o templo Yasukuni e de apagar a possibilidade de um revisionismo histórico ou de qualquer tendência ultranacionalista dentro do país. A diplomacia do PDJ não envolveu a elaboração de um projeto de aliança política e cooperação militar entre os países, mesmo com a visita de Ichiro Ozawa a Hu Jintao logo após a posse de Hatoyama. No entanto, de acordo com Sneider (2011), o PDJ ressaltou a importância do Japão manter “uma mão estendida à China e outra aos Estados Unidos”, de modo a responder à ascensão chinesa como potência militar regional e respeitar o seu crescente papel político e como centro gravitacional do crescimento econômico do Leste Asiático.

Embora o governo não tivesse conseguido retomar a cadeia de investimentos de ODA para os seus parceiros econômicos da ASEAN e não tivesse conseguido firmar EPAs

adicionais aos propostos pelos governos anteriores, a diplomacia japonesa continuou prezando pelo tratamento do integracionismo do Leste e Sudeste Asiático em diversas instâncias multilaterais, em especial na ASEAN +3 e na APEC. Além disso, o governo Hatoyama ressaltou que a proposta da EAC só teria sucesso através do desenvolvimento de uma parceria estratégica com a China. No entanto, de acordo com Kopper (2009) mesmo que a China tivesse se demonstrado favorável à proposta, havia uma vasta diferença sobre como os países encaravam o projeto integracionista regional, em especial dado o apoio que Hatoyama deu à participação da Austrália, Índia e Nova Zelândia na formação do bloco. Segundo a visão chinesa, esses países, em adição ao Japão, poderiam realizar uma conexão de interesses norte-americanos para dentro do bloco, o que desvirtuaria o projeto e faria com que o projeto da EAC fosse ser colocado contra a China.

Com a renúncia de Hatoyama, Naoto Kan assumiu o governo em junho de 2010. Ministro de finanças de seu antecessor, Kan enfrentou oposição da facção Ozawa dentro do seu próprio partido ao ser julgado como um líder sem experiência em política externa e de pouca liderança política. O afastamento de Ozawa do PDJ agravou uma cisão crescente entre seus membros e evidenciou um desvio do programa político encabeçado pelos partidários de Hatoyama durante as eleições de 2009. Tão logo deu início ao seu mandato, Kan conseguiu um índice de aprovação de 64% junto à população, número atribuído à sua promessa de colocar a política econômica como prioridade principal do governo e à sua oposição política a Ozawa (WAN, 2011). No entanto, dado à crise política do PDJ, seu partido não conseguiu manter a maioria na Câmara Alta, durante as eleições de julho de 2010, o que, de acordo com Sneider (2011), deflagrou o começo de mais um “governo de liderança fraca” no Japão.

De acordo com Sunohara (2010), Kan tinha nacionalistas pró-estadunidenses como políticos de apoio e reafirmou o relacionamento com os Estados Unidos como alicerce da política externa japonesa. Indo na direção oposta ao seu predecessor, Kan evitou tratar das questões de Okinawa e tentou apaziguar as frustrações do governo norte-americano com o PDJ, com vistas a restabelecer laços cooperativos com os Estados Unidos e reafirmar a importância da aliança político-securitária entre os países. Conforme o autor, essa orientação ainda era embasada pelo receio dos nacionalistas quanto ao crescimento político da China na esfera asiática e, também, pelo crescimento da cooperação dos Estados Unidos com a China no campo securitário, que ameaçaria colocar a aliança securitária com o Japão em um segundo plano na região. A resposta afirmativa estadunidense veio logo no início do governo

de Kan, em junho de 2010, com uma declaração conjunta de que a aliança seria renovada para o enfrentamento dos desafios da nova década (MOFA, 2010).

O incidente dos terremotos e maremotos no leste do Japão em março de 2011 e o desastre nuclear de Fukushima proveu sinais de que a aliança com os Estados Unidos era efetiva (LIND, 2012). Tão logo a situação de emergência foi deflagrada, o governo Obama anunciou a “operação Tomodachi”, que proveu suprimentos bem como o transporte de tropas para a zona afetada, bem como a ajuda na busca por sobreviventes e na restauração da infraestrutura local. De acordo com Lind (2012), o ato não apenas evidenciou um aumento na cooperação militar entre os países para prevenção de desastres como também serviu para melhorar a imagem dos Estados Unidos frente aos japoneses, o que alentou momentaneamente a polêmica realocação das bases de Futenma, em Okinawa. O sucesso da operação serviu também de trunfo político para o governo de Naoto Kan, que viu seu apoio popular subir durante os primeiros meses de gerenciamento da crise. Por outro lado, de acordo com a autora, essa pequena vitória evidenciou também o quanto o Japão depende da aliança com os Estados Unidos no que diz respeito à sua segurança interna.

Tal dependência seria agravada ainda pelo arrefecimento das relações do governo Kan com a China. A expectativa chinesa de mantimento do processo de aproximação realizado por Hatoyama foi desfeita pela reorientação da política externa proposta pelo novo governo. Com isso, a China daria seguimento a embates com o Japão referentes à exploração de fontes de energia no sudeste asiático, deflagrando um endurecimento da política de segurança energética chinesa e a ameaça desse país de utilizar mecanismos econômicos para pressionar a posição japonesa (SMITH, 2012). O conflito energético trouxe para si elementos de nacionalismo e questões territoriais quando a marinha japonesa prendeu os integrantes de um barco pesqueiro chinês que navegava próximo às Ilhas Senkaku² disputadas entre os mares territoriais de China, Taiwan e Japão. O governo chinês protestou pela prisão e demandou a libertação do capitão, posição que foi aceita pelo governo Kan após o Estado chinês cortar todos os diálogos bilaterais de nível ministerial (MACCURRY, 2010).

O incidente teve consequências severas na política externa japonesa. Em primeiro lugar, foi responsável pela ruptura política entre o Estado chinês e o governo Kan, atrasando o projeto de reaproximação com a China e, assim como no governo Koizumi, colocando as relações entre os países em um âmbito essencialmente comercial. Esse arrefecimento acompanhou um reavivamento dos setores nacionalistas em ambos os países, o que serviu

² Nomeadas na China como "Ilhas Diaoyu".

para aumentar a tensão política entre as partes e fazer com que os índices de aprovação do governo Kan caíssem ainda mais, frente ao desagrado do setor empresarial e do eleitorado (SMITH, 2012). Em segundo lugar, o incidente recolocou os Estados Unidos como prioridade do Japão na busca de parcerias por resoluções de conflitos regionais, através do reconhecimento do governo Kan de que o aliado estadunidense poderia atuar como um apaziguador das tensões políticas sino-japonesas e trabalhar para uma contensão dos interesses chineses na região, em especial nas questões energéticas e territoriais.

O recuo do governo Kan a um projeto de política externa de aproximação dos Estados Unidos apresenta, na realidade, uma medida reativa, mais do que planejada, o que colocou a identidade do PDJ em cheque. A oposição feita por Kan em relação ao programa encabeçado por Hatoyama não foi estabelecida sob um projeto de fortalecimento da posição japonesa, mas sim de uma resposta aos mecanismos de pressão interna e externa que o governo enfrentou desde o começo, dada a necessidade de apresentar uma resposta imediata aos problemas políticos com a China e à catástrofe natural que abateu o país. Nesses cenários, o governo optou pelo recorrimento ao apoio norte-americano, decisão embasada no histórico de cooperação entre os países desde o Pós-Segunda Guerra. No entanto, tal recorrimento evidenciou o argumento de Sneider (2011), sobre a fraca liderança de Kan frente ao governo japonês e sua debilidade na articulação de parcerias alternativas para a resolução de conflitos regionais. Incapaz de apaziguar os ânimos do eleitorado frente à crise nuclear, à crise do relacionamento com a China e à crise de Okinawa, Kan renunciou como primeiro-ministro em agosto de 2011, deixando mais uma vez uma incógnita quanto à próxima fase da política externa japonesa.

5 CONCLUSÃO

Através deste artigo, buscou-se estabelecer se a diplomacia japonesa estaria em um processo de mudança no século XXI, abrindo mão dos princípios das doutrinas Yoshida e Fukuda, que regeram a política externa desde o Pós-Segunda Guerra Mundial, e indo em direção à elaboração de uma nova doutrina. Para tanto, utilizando o marco teórico de Putnam (1988), foram analisadas não somente as agendas de política externa dos governos japoneses dos anos 2000, como também os condicionamentos internos e externos presentes em cada um deles, permitindo-se verificar o quanto os partidos políticos e seus gabinetes conseguiram aplicar os seus projetos na área diplomática.

A principal constatação que se pode realizar a favor da ideia de que uma nova doutrina de política externa está em desenvolvimento é o fato de que foram abandonados os princípios do minimalismo e do economicismo, preconizados pela Doutrina Yoshida. A ascensão do governo Koizumi veio acompanhada de um projeto de sentimento nacionalista que, mesmo não compartilhado com toda a população, deu espaço à revisão do Artigo 9 da constituição japonesa, decretando-se que a partir de então o Japão participaria ativamente dos concertos internacionais de segurança, enviando tropas e desenvolvendo suas capacidades militares. Tanto nesse governo como em todos os subsequentes, o PLD e o PDJ defenderam a gradual eliminação de barreiras constitucionais à participação das tropas japonesas em solo estrangeiro. A diferença fundamental entre os partidos na realização desse novo projeto estava no peso dado à aliança com os Estados Unidos. Enquanto os governos de Koizumi e do PLD objetivavam o desenvolvimento das capacidades militares em conjunto com a indústria armamentista norte-americana e o aumento da atuação das tropas em missões promovidas pelo aliado, o PDJ almejava um projeto de resgate à indústria bélica japonesa e de alinhamento da participação japonesa às missões da ONU.

Em adição, constata-se que a política externa japonesa no século XXI realizou um resgate à Doutrina Fukuda, discursando a favor da promoção do Japão como líder regional, mas acompanhado de uma revisão dos relacionamentos políticos com os países asiáticos. Embora no governo Koizumi tenha-se denotado um arrefecimento nas relações políticas com os Estados da região, dada à questão do nacionalismo e de suspeitas quanto a um revisionismo histórico japonês, os governos subsequentes trabalharam para a construção de laços de confiança política e alinharam o país ao integracionismo. A mudança fundamental na aproximação aos princípios da doutrina encontra-se no governo do PDJ, em que se defende a

criação de um bloco regional exclusivo aos países asiáticos, projeto que não apenas indica uma crescente aproximação política do Japão com a China, mas que também diminuiu a participação estadunidense no concerto político regional, providenciando uma potencialidade para uma maior independentização política japonesa.

O princípio do multilateralismo da Doutrina Yoshida também foi revisto quando, em especial durante o governo do PDJ, começou-se gradualmente a dar maior importância aos canais multilaterais de diálogo e ao estabelecimento de novos canais bilaterais com países fora do escopo estadunidense e asiático. A exemplo disso, o Japão de Koizumi estabeleceu o G-4, da maneira a buscar a vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU e diversificou os alvos da ODA para justificar um maior papel político do país no Sistema Internacional. Os governos subsequentes, apesar de se voltarem mais à esfera asiática, deram seguimento ao projeto de aprimoramento da participação japonesa na promoção internacional do desenvolvimento econômico e dos valores humanistas encabeçados pelas Nações Unidas.

No entanto, o principal elemento da Doutrina Yoshida permaneceria, incapacitando o Japão de realizar mudanças mais ousadas no seu alinhamento político internacional. A imagem do Japão frente à Ásia ainda não é estabelecida sob confiança total, e a instabilidade securitária regional causada pela campanha armamentista norte-coreana e pelos atritos políticos entre China e Estados Unidos agravam o quanto o Japão poderia providenciar uma resposta independente a esses desafios. Além disso, sua capacidade de defesa continua atrelada à aliança político-militar com os Estados Unidos, denotando o quanto o Japão encontra-se incapaz de solucionar o dilema da sua identidade como Estado asiático ou como canal dos interesses norte-americanos na região.

A busca pela solução do dilema apresentou abordagens distintas entre os governos, constituindo a principal diferença na aproximação destes sobre a diplomacia japonesa. Enquanto Koizumi preferiu dar respaldo à aliança, buscando aumentar a participação norte-americana no concerto regional, os demais governos, em especial os do PDJ, apesar de continuarem prezando pela cooperação securitária com os Estados Unidos, desejaram gradualmente resgatar o papel do Japão como nação Asiática. No entanto, a revisão da aliança com os Estados Unidos, na busca de um papel mais independente japonês no âmbito militar, se esvaiu rapidamente com o fracasso dos projetos de realocação das tropas estadunidenses em Okinawa. Para os estadunidenses, o Japão continua constituindo-se como recurso valioso para a contensão político-militar da China e dos problemas relativos a Taiwan e Coreia do Norte, e mesmo a alteração para o governo Obama não mudou o quanto os Estados Unidos

está disposto em manter o Japão como recurso estratégico para o concerto securitário regional.

Além disso, com a reação dos vizinhos do Japão ao militarismo ascendente no país, é difícil de acreditar que a revisão do Artigo 9 será bem recebida na esfera regional. O relacionamento com a China apresentou avanços em direção ao entendimento e à estabilidade política nos últimos anos, mas é cedo para estipular se a era de conturbação passou. Em adição, com a instabilidade política interna e a frequente troca de gabinetes e primeiros-ministros japoneses, é difícil prever se os futuros líderes darão uma resposta positiva ao alinhamento do Japão como país asiático sem tocar nas cicatrizes da História, como fizera Koizumi. Através disso, deriva a indisposição do Estado chinês em aceitar o Japão como um membro permanente do Conselho de Segurança e o receio no aprofundamento das relações políticas do Japão com seus vizinhos. Conseqüentemente, as circunstâncias indicam que, caso o Japão seja incapaz de dar continuidade ao estabelecimento de laços de confiança duradouros com as nações asiáticas, o dilema da identidade japonesa persistirá, devido à importância do guarda-chuva securitário estadunidense no país, programa que não tem alternativas mais atrativas dado o baixo orçamento de defesa nacional.

Esse cenário de incerteza acaba por ilustrar o relacionamento sino-japonês atual, em que o crescimento dos entraves políticos configura uma possibilidade real de conflito no futuro, tendo em vista o arrefecimento nos diálogos entre as partes e a postura nacionalista do Japão no que diz respeito às questões territoriais. De modo a amenizar as tensões regionais, o país provavelmente continuará buscando envolver uma participação maior dos Estados Unidos na região, tendo em vista que as forças armadas japonesas não se encontram em condições de travar uma guerra com seus vizinhos e de defender seu próprio território de ameaças externas, conforme argumentado anteriormente. No entanto, deve-se considerar que a relação de interdependência econômica entre os países deverá amenizar as tensões a curto e a médio prazo, em especial pelo crescimento do volume comercial entre os países e pela importância que a diplomacia japonesa tem dado aos esforços integracionistas no Leste Asiático. Por conseguinte, se os países forem capazes de resolver suas diferenças históricas gradualmente e buscar um diálogo de aproximação política, o esforço integracionista possivelmente virá não na forma de uma disputa pela liderança regional entre Japão e China, mas através de uma tentativa de estabelecer pontos estratégicos comuns para garantir a prosperidade econômica e a estabilidade regional, fatores que se apresentam como intersecções nos discursos diplomáticos de ambos os países.

No que diz respeito ao jogo de dois níveis na política externa japonesa no século XXI, o primeiro aspecto que chama a atenção é o da alteração fundamental na elaboração diplomática a partir do governo Koizumi, com a queda da burocracia e a quebra do antigo modelo do triângulo de ferro. A partir de então, a estruturação diplomática japonesa seria centrada fundamentalmente nos partidos políticos, nas proposições dos gabinetes dos primeiros-ministros e na relação entre essas iniciativas e o apoio dos eleitores. Esse novo modelo quebrou o histórico de centralismo do MOFA e dos outros ministérios no processo de tomada de decisões externas. Além disso, para que as agendas propostas fossem efetivas, tornar-se-ia fundamental que o partido da situação conseguisse articular ambas as câmaras da Dieta, de maneira a não enfrentar oposição aos seus projetos. Isso se torna claro através da análise do contraste do governo Koizumi com os governos posteriores do PLD e do PDJ. Enquanto que no primeiro a detenção de uma maioria do PLD nas duas câmaras permitiu que o governo efetivasse as alterações propostas no programa de política externa, a falta de articulação entre as câmaras nos governos subsequentes tornou-se um novo condicionamento interno e obstáculo aos partidos na formulação de política externa.

Já no que concerne aos condicionamentos externos à política externa japonesa, dois aspectos importantes devem ser denotados. O primeiro é o de que a situação internacional influenciou, de fato, nas decisões diplomáticas dos governos. Durante o período Koizumi, a Crise Asiática e os acontecimentos do 11 de setembro foram fundamentais para a guinada do governo em direção à aliança com os Estados Unidos e o neoliberalismo, de modo a não apenas recolocar a economia em crescimento, mas também de dar resposta ao aliado norte-americano por um papel mais proativo do Japão na resolução de conflitos internacionais. Nos governos de Abe, Fukuda e Aso, a superação da Crise Asiática e a gradual transição do Japão como ator participante nos círculos de elaboração de políticas securitárias internacionais fez com que os gabinetes prevalecessem não apenas a continuidade da aliança político-securitária com os Estados Unidos, mas também a elaboração de uma resposta rígida à animosidade apresentada pela Coreia do Norte, buscando novas parcerias políticas com Coreia do Sul e China de maneira a promover a estabilidade regional. Ao final do ciclo dos governos do PLD, durante o mandato de Taro Aso, a crise financeira de 2008 teria também o seu papel no crescimento da cooperação política e econômica do Japão com os Estados do Leste e Sudeste Asiático, decisão que seria aprofundada posteriormente nos governos do PDJ como resposta do partido a um eventual “declínio” da posição estadunidense na região.

O segundo aspecto diz respeito ao fato de que os condicionamentos externos também influenciaram pesadamente sobre as políticas domésticas, gerando novos condicionamentos internos aos projetos de política. Como observado nesse trabalho, a permanência dos primeiros-ministros e seus gabinetes à frente do governo do Japão tem sido em grande parte relacionada ao poder de resposta deles aos problemas econômicos e à capacidade de exercerem liderança frente ao partido e à Dieta, retirando entraves às medidas propostas. Enquanto que no governo Koizumi a promoção das reformas neoliberais providenciaram uma resposta à Crise Asiática que teve respaldo populacional e que permitiu ao primeiro ministro um dos maiores índices de aprovação da história política japonesa, os fracassos dos governos Aso e Hatoyama em realizar reformas domésticas para combater a crise financeira a partir de 2008 acabaram acarretando em suas perdas de apoio político e popular.

De fato, em termos eleitorais, a relação do público japonês com a política externa ainda está muito interligada à resolução dos problemas econômicos domésticos. Aspirações ao militarismo e a um papel mais proativo do Japão no Sistema Internacional não são apenas vistos com suspeita, como também não são os tipos de projetos que o eleitor japonês busca no momento de realizar o seu voto. Semelhantemente, apesar da quebra do triângulo de ferro, boa parte da política comercial japonesa ainda depende da aceitação dos setores econômicos sensíveis, como a pesca, a agricultura e o setor têxtil, e por isso, os partidos sempre buscam em suas campanhas atender às demandas desses interesses e garantir estabilidade no mercado interno. Em suma, sem o respaldo doméstico do eleitorado japonês, as parcerias econômicas e o integracionismo com a Ásia pouco poderão avançar nos próximos anos, dada a importância que a defesa do protecionismo econômico no setor primário japonês possui nas corridas eleitorais.

Efetivamente, a dinâmica interna da política japonesa demonstra uma aversão dos grupos de interesses quanto a alterações substanciais, em especial dada a influência dos fatores externos na economia e na segurança do Estado. Enquanto os partidos políticos encontram dificuldade em rever os termos da tradicional aliança político-militar e avançar em direção ao estabelecimento de novas parcerias estratégicas com a Ásia, o eleitorado em geral demonstra-se mais preocupado com a resposta às crises econômicas domésticas, dispensando alterações substanciais na política externa que gerem incertezas futuras. Com isso, demonstra uma preferência de manter o baixo perfil militar japonês e preservar o entendimento com os Estados Unidos. Esses fatores comprometem o nível de proatividade política que o Japão poderia oferecer em uma nova doutrina de política externa.

Entretanto, observando o histórico da política externa desde 2001, pode-se observar que, independente dos partidos, o Japão anda, de fato, rumo a um novo projeto diplomático, através do desejo compartilhado entre os partidos políticos de revisar as medidas restritivas às suas forças armadas e aprimorar o seu papel no tratamento dos assuntos securitários internacionais, mas, sobretudo, por observar que o seu futuro está inevitavelmente ligado à Ásia. Independente das escolhas realizadas pelos partidos no alinhamento político japonês e no tratamento das questões securitárias, todos os governos defenderam uma participação econômica ampliada no Leste e Sudeste Asiático, maior do que a sua atuação em outras esferas internacionais. Através desse trabalho, constata-se que essa tendência será mantida, mesmo que os novos governos encontrem entraves internos e divergências procedimentais no avanço dos novos acordos de parceria econômica.

O que determinará o quanto o Japão potencializará o processo integracionista a seu favor será a capacidade de articulação dos partidos com a opinião pública, de modo que o país não apenas consiga defender as vantagens de uma cooperação ampliada com a região e construir uma efetiva identidade como país asiático, como também consiga quebrar o tabu histórico do armamentismo presente na sociedade japonesa. Mesmo não apresentando uma relação de proximidade com a política externa, a opinião pública se demonstra cada vez mais como um fator de suma importância para o estabelecimento desta, tendo em vista que a dinâmica eleitoral tem impulsionado, à conquista do poder, partidos de orientações e programas distintos para o tratamento das questões externas. O apoio público conquistado pelos partidos, por sua vez, continuará dependendo do quanto os esses conseguirão dar resposta às crises domésticas e manter uma imagem de liderança e estabilidade política diante de seus governos, fatores que têm se demonstrado chave na dinâmica eleitoral do Japão no século XXI.

REFERÊNCIAS

- ASLAM, M. Is Japan Competing with China in East Asian Regionalism? In: *China-ASEAN Regional Integration: Political Economy of Trade, Growth and Investment*, University of Malaya, Malásia. **Anais**, 2008.
- AUSLIN, M. The U.S.-Japan Alliance: Relic of a Bygone Era? **Asian Outlook**, American Enterprise Institute for Public Policy Research, v.6, n.1, 2010.
- AVERY, E.; KONISHI, W. The Changing U.S.-Japan Alliance: Implications for U.S. Interests. **Congressional Research Service**, 2009.
- DEANS, P. Diminishing Returns? Prime Minister Koizumi's Visits to the Yasukuni Shrine in the Context of East Asian Nationalisms. **East Asia**, v. 24, n.3, p.269-294. Ago. 2007.
- Diplomatic Bluebook. Japão: Ministry of Foreign Affairs (MOFA). 2002
- _____. Japão: Ministry of Foreign Affairs (MOFA). 2003
- _____. Japão: Ministry of Foreign Affairs (MOFA). 2005
- _____. Japão: Ministry of Foreign Affairs (MOFA). 2006
- _____. Japão: Ministry of Foreign Affairs (MOFA). 2007
- _____. Japão: Ministry of Foreign Affairs (MOFA). 2009
- _____. Japão: Ministry of Foreign Affairs (MOFA). 2010
- DRIFTE, R. **Japan's Quest for a Permanent Security Council Seat A Matter of Pride or Justice?** Nova Iorque, Palgrave Macmillan, 2002.
- EDSTRÖM, B. The Success of a Successor: Abe Shinzo and Japan's Foreign Policy. **Silk Road Paper**, Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program, Uppsala, 2007a.
- EDSTRÖM, B. Farewell to Beautiful Japan: The Demise of Shinzo Abe. **Asia Papers**, Institute for Security and Development Policy, Stockholm-Nacka, 2007b.
- ELLIOT, M.; MASTERS, C. Ozawa: The Man Who Wants to Save Japan. **Time**, 12 Mar. 2009. Disponível em: <<http://www.time.com/time/world/article/0,8599,1884678,00.html>>. Acesso em 15 Mai. 2011.
- ENVALL, H.D.P. Koizumi Jun'ichiro and the Gaullist Tradition in Japan. **Electronic Journal of Contemporary Japanese Studies**, University of Sheffield, v.3, p.1-19, 2008.
- GREEN, M. J. Japan's confused revolution. **The Washington Quarterly**, Washington, v.33, n.1, p.3-19, 2010.

HATOYAMA, Y. My Political Philosophy. **Voice**, 10 Ago. 2009 Disponível em: <http://www.pasoneko.jp/090810_e.pdf>. Acesso em: 22 Jan. 2012.

HOOK, G. D et al. **Japan's International Relations: Politics, economics and security**. Londres e Nova Iorque, Routledge, 2005.

INOUCHI, T. **The personalization of politics: Koizumi and Japanese politics**. 2008. Disponível em: https://www.t-inouchi.com/comp/publish_e/bin/bin0911301429070010.pdf. Acesso em 4 Nov. 2011.

KAIHARA, H. Japan's political economy and Koizumi's structural reform: A rise and fall of neoclassical economic reform in Japan. **Asia Europe Journal**, Springer Science + Business Media B.V., v.25, n.4, p.389-405, 2008.

KAWAI, M.; URATA, S. Changing commercial policy in Japan during 1985-2010. **Asian Development Bank Institute (ADBI)**, working paper 253. Tóquio, ADBI, 2010. Disponível em: <http://www.adbi.org/working-paper/2010/11/19/4220.changing.commercial.policy.japan>. Acesso em: 4 Nov 2011.

KIEWSOW, I.; RYDQVIST, J. Japan as a "Power" Discarding a Legacy. **Asia Papers**, Institute for Security and Development Policy, Stockholm-Nacka, 2008.

KINGSTON, J. Awkward Talisman: War Memory, Reconciliation and Yasukuni. **East Asia**, v.24, n.3, p.295-318, 2007.

KOPPER, A. Yukio Hatoyama and the Politics of Fraternity: Déjà Vu in Japanese politics? **HIA Papers**, Hungarian Institute of International Affairs, 2009.

KRAUSS, E. S.; PEKKANEN, Robert J. The rise and fall of Japan's Liberal Democratic Party. **Journal of Asian Studies**, Association of Asian Studies, Michigan, v.69, n.1, p.5-15, 2010.

KUBOTA, Y. Japan's New Strategy as an Arms Exporter Revising the Three Principles on Arms Exports. **Research Institute for Peace and Security Policy Perspectives**, n.7, 2008.

LIND, Jennifer. U.S.-Japan security after the storm. In: NOMURA, A.; FLAKE, L. G. **Japan Moves Forward: views from the U.S.-Japan network for the future**. The Maureen and Mike Foundation, Nova Iorque, 2012. Disponível em: <http://mansfieldfdn.org/mfdn2011/wp-content/uploads/2012/01/Mansfield_Policy_Book-WEB-OPTIMIZED.pdf>. Acesso em: 30 Set. 2012.

MACCURY, J. China-Japan relations sour as fishing boat dispute escalates. **Christian Science Monitor**, 20 Set. 2010.. Disponível em: <<http://www.csmonitor.com/World/Asia-Pacific/2010/0920/China-Japan-relations-sour-as-fishing-boat-dispute-escalates>>. Acesso em: Ago. 2012.

MACLACHLAN, P. Two Steps Forward, One Step Back: Japanese Postal Privatization as a Window on Political and Policymaking Change. In: Reed, S. et al. **Political Change in**

Japan: Electoral Behaviour, Party Realignment, and the Koizumi Reforms. Standford, 2009.

MASUYAMA, M. Japan. **European Journal of Political Research**, Oxford, v.48, n.8 p.1006–1014, 2009.

MULGAN, A. G. Agriculture and political reform in Japan: the Koizumi legacy. **Pacific Economic Papers**, Australian National University, n. 360, 2006.

_____. Why Japan Can't Lead. **World Policy Journal**, v.15, n.2, p.101-110, 2009.

_____. Japan's agricultural politics, the DPJ and the prospect of trade reform. **East Asia Forum**, 4 Abr. 2011. Disponível em: <http://www.eastasiaforum.org/2011/04/04/japan-s-agricultural-politics-the-dpj-and-the-prospect-of-trade-reform>. Acesso em: 25 Jun. 2011.

NORTON, S. Lost in translation: The inappropriateness of occidental new public management to reform of the public sector bureaucracy in Japan. **International Journal of Public Sector Management**. v.20, n7, p.674-693, 2007.

OKANO-HEIJMANS, M. Japan's economic diplomacy towards China: the lure of business and the burden of History. **Clingendael Diplomacy Papers**, n. 14. Netherlands Institute of International Relations, 2007.

OLIVEIRA, D. F. **A política externa do Brasil nas questões de ampliação do Conselho de Segurança da ONU (1989-2005)**. Programa Santiago Dantas (PUC-SP, UNESP, UNICAMP), São Paulo, 2005. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais).

PAUL, J. P. Fall of Hatoyama: What went wrong?. **RSIS Commentaries**, S. Rajaratnam School of International Studies, 2010.

PUTNAM, R. D. Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games. **International Organization**, Massachussets, v.42, n.3, p.427-460, 1988.

SATO, H. Japan and China: reaching reconciliation or stuck in the past? **Asia Programme**. Chatham House, Out. 2006. Disponível em: <http://www.comw.org/cmp/fulltext/0610sato>.

SMITH, S. A. Japan and the East China Sea dispute. **Foreign Policy Research Institute**, Philadelphia, v.56, n.3, p.370-390, 2012.

SNEIDER, D. The New Asianism: Japanese Foreign Policy under the Democratic Party of Japan. **Asia Policy**, Seattle, v.6, n.12, p.99-129, 2011.

SUNOHARA, T. The Anatomy of Japan's Shifting Security Orientation. **The Washington Quarterly**, Washington, v.33, n.4, p.39-57, 2010.

UEHARA, A. R. **A política externa do Japão no final do século XX : o que faltou?**. São Paulo: Annablume. 2003.

VAUGHAN, M. Japan in the melting pot: an analysis. **UQ eSpace**, University of Queensland, Brisbane, 2010. Disponível em:
http://espace.library.uq.edu.au/eserv/UEQ:205974/Japan_Analysis.pdf. Acesso em: 10 Jun. 2011.

VISENTINI, P. **As Relações diplomáticas da Ásia: Articulações regionais e afirmação mundial (uma perspectiva brasileira)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

WAN, M. 2011. Japan's Party Politics and China Policy: The Chinese Fishing Boat Collision Incident. In: **Democracy and Diplomacy in East Asia**. University of Tokyo. Anais.